



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DOS GRANDES ESPAÇOS URBANOS BRASILEIROS NA DÉCADA DE 1990

Marconi Gomes da Silva (UFRN) - marconi.br@ufrnet.br

Professor do Departamento de Economia da UFRN

Reestruturação econômica e dinâmica do mercado de trabalho dos grandes espaços urbanos brasileiros na década de 1990

O processo de reestruturação produtiva na economia brasileira

O processo de reestruturação na economia brasileira no período recente data do final dos anos setenta do século XX e início dos anos oitenta, em resposta tanto à crise que se iniciava, bem como às pressões do novo sindicalismo que emergia no mesmo período em luta por maior participação tanto internamente às empresas quanto em várias outras esferas da vida social (DRUCK, 1999; SILVA, 2005). É importante ressaltar que o processo de reestruturação encontrava-se ainda restrito principalmente aos segmentos mais avançados da indústria sediada no Brasil, como era o caso da indústria automobilística.

Os círculos de controle de qualidade (CCQ's) constituíram-se no instrumento básico da reestruturação então ocorrida. Alguns autores que abordam o tema da reestruturação produtiva no Brasil destacam o forte teor político dos CCQ's pelo fato de terem se tornado em instrumentos para promoção do enfraquecimento do sindicalismo em ascensão, enquanto era utilizada uma construção retórica da gestão empresarial consensual ou com a participação do operariado (LEITE, 2003).

Um segundo momento do processo de reestruturação ocorreu em meados dos anos 1980 e prosseguiu até o início da década seguinte. Neste novo momento, ocorreram a introdução de tecnologias de base microeletrônicas (ITM's), bem como novas formas de gestão do trabalho. Esse período marcou a tentativa da indústria automobilística instalada no Brasil de produzir o chamado "carro mundial" com vistas ao acesso ao mercado mundial, uma vez que a economia brasileira enfrentava uma profunda crise (TAUILE, 1986; CARVALHO, 1987).

Além da incorporação de tecnologias baseadas na microeletrônica, como as máquinas-ferramentas de controle numérico e os sistemas de desenho e manufatura acompanhados por computador (CAD/CAM), foram também adotadas mudanças organizacionais que haviam sido adotadas alhures, em particular no Japão, tais como o *just-in-time*, a produção em célula e o aprofundamento do controle de qualidade. Na verdade, a transposição de modelos sempre foi difícil. Não seria diferente com as tentativas de implantação de técnicas originárias do Japão em ambiente brasileiro, principalmente considerando-se a tradição de autoritarismo nas relações de trabalho no Brasil (LEITE, 1994; DRUCK, 1999).

Entretanto, até princípios da década de 1990 o processo de reestruturação não conseguiu generalizar-se nem mesmo nos setores mais avançados da indústria ambientada em solo brasileiro. Na realidade, o ano de 1989 constituiu-se referência para um conjunto de mudanças profundas na sociedade brasileira, dentre as quais o processo de reestruturação produtiva. As referências aludidas são as derrotas da esquerda mundial, com a derrocada do chamado socialismo real, e da esquerda política e sindical brasileira, com o insucesso eleitoral do candidato das forças populares no mesmo ano. Além de tal situação adversa, o aprofundamento da crise econômica, no início da década de 1990, constituiu-se forte condicionante do processo de reestruturação que seria implantado ao longo da década, pois tendeu a erodir o poder sindical, fazendo com que paulatinamente o movimento sindical adotasse uma postura defensiva, tendo em vista principalmente a manutenção dos empregos dos seus filiados.

A inserção no novo ambiente então em vigência em âmbito mundial, há cerca de duas décadas, segundo o discurso oficial, deveria ancorar-se na elevação do conteúdo tecnológico da produção nacional. Daí a construção política da necessidade de um “choque de competitividade na economia brasileira”. A idéia era que a reestruturação não deveria cingir-se a meras ações empresariais adotando inovações tecnológicas e/ou organizacionais, mas que deveria adquirir caráter sistêmico, por isso era necessária a atuação governamental no sentido de desencadear tal processo. Na realidade, o conjunto de políticas adotadas promoveu o aprofundamento da crise preexistente sobretudo em decorrência da incapacidade da indústria sediada no Brasil, em especial a de capital nacional, não poder fazer face à concorrência com os produtos que tiveram as importações facilitadas pela redução drástica das tarifas de importações.

Efetivamente, foi com o início do governo de Fernando Henrique Cardoso que a reestruturação adquiriu maior celeridade. O conjunto de políticas de cunho liberal que nortearam a estabilização monetária, a abertura comercial e a reforma do Estado constituiu-se em poderoso instrumento para a valorização de capitais e a uma breve retomada do crescimento econômico, no curto período de 1994 a 1998, no Brasil. Ao mesmo tempo, uma série de medidas legais adotadas em simultaneidade à situação de crise econômica e desemprego forçaram os trabalhadores a aceitarem a reestruturação, em muitos casos na condição de co-participes (ALVES, 2005).

As novas formas de organização e gestão do trabalho estiveram centradas na “captura da subjetividade operária”, logo para a integração dos trabalhadores aos objetivos de ampliação da participação da empresa no respectivo setor de atuação. As ações empresariais visavam à

substituição das negociações com os sindicatos atuantes por ramo produtivo pelas negociações apenas no âmbito da empresa, pois tal substituição constituía uma maneira mais segura de obter mais facilmente uma “ação cooperativa” dos trabalhadores, razão pela qual as políticas de treinamento dos trabalhadores passaram a ter um maior teor “motivacional” explicitando o “sentido manipulatório” das novas políticas de “treinamento” empreendidas pelas empresas (ALVES, 2005, p. 232).

No Brasil, durante a década de 1990 ocorreu também uma série de mudanças na legislação do trabalho, que promoveu a introdução de uma nova forma de flexibilidade ao historicamente flexível mercado de trabalho brasileiro. A flexibilidade historicamente existente no Brasil era considerada de caráter estrutural e consistia na adequação da quantidade de trabalhadores, especialmente os de menor qualificação, às flutuações da demanda. A nova flexibilidade a princípio fora introduzida pela negociação coletiva entre trabalhadores e empresariado. Entretanto, a nova legislação promoveu uma nova flexibilização da alocação da força de trabalho, da remuneração, da jornada de trabalho e incentivou solução direta dos conflitos. Esta nova flexibilização além de não haver deixado incólumes inclusive os segmentos mais qualificados e organizados da classe trabalhadora, promoveu o “enfraquecimento do estatuto salarial”, precarizou os níveis de remuneração e as condições de trabalho e aprofundou a fragmentação da classe trabalhadora.

Além de novas formas de organização e gestão do trabalho, ocorreu também a adoção de novas formas de organização da produção, dando forma a um padrão produtivo e de acumulação com maior nível de flexibilidade. À instauração de um modelo de acumulação mais flexível, sem dúvida, foi importante a introdução de tecnologias de base microeletrônica. Entretanto, durante a década de noventa, o aspecto mais saliente de tal modelo de acumulação foi a “descentralização produtiva” que esteve baseada na deslocalização industrial e, principalmente, na terceirização.

A terceirização acompanha o processo de industrialização brasileira. No caso específico da indústria automobilística, ela esteve presente desde o início, com a organização do complexo automotivo articulando montadoras e fabricantes de autopeças em área geográfica bem delimitada. Um outro caso destacado ocorreu também no setor de papel e celulose ainda nos anos oitenta (ALVES, 2005, p. 204). Entretanto, a terceirização predominante em período anterior à década de noventa ocorria principalmente em atividades de apoio, enquanto a partir de então passaram a envolver diretamente as atividades produtivas.

Na realidade, os processos de terceirização e de realocação industrial não se restringiram ao setor automobilístico, mas disseminaram-se pelos mais variados setores

produtivos, tanto os reconhecidamente mais “dinâmicos” quanto os ditos “tradicionais”. Com vistas à estratégia de redução de custos, indústrias dos setores têxtil e calçadista saíram dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul para instalarem-se em estados nordestinos com vistas a benefícios fiscais, níveis salariais mais baixos e a presença de sindicatos com menor nível de organização do que os prevaescentes nos locais de origem dos estabelecimentos. Já a realocização no caso dos setores mais modernos como o metal mecânico e o eletrônico ocorreu principalmente da grande São Paulo para o interior paulista ou para outros estados do Sudeste ou do Sul do país (ALVES, 2005, p. 202). Então, torna-se claro que os processos de terceirização e realocização das empresas foram fundamentais para a concretização da desestruturação da ação sindical, à medida que foi intensificada a dispersão dos trabalhadores por estabelecimentos industriais de menor porte.

É necessário esclarecer que o processo de reestruturação adquiriu abrangência para além das atividades industriais. O setor de prestação de serviços, apresentando peculiaridades relativamente à indústria, foi também fortemente reestruturado. Neste setor, o segmento bancário foi um dos que passou por mudanças significativas, sobretudo pelo fato dos seus estabelecimentos encontrarem-se distribuídos por todo o território brasileiro. No segmento bancário, o processo de informatização das agências iniciou-se na década de oitenta, porém esteve voltado à modificação da prestação de serviços no interior das próprias agências. Entretanto, na década de noventa tal processo foi profundamente modificado, promovendo alterações no espaço de prestação dos serviços e nas formas de atendimento da clientela bancária, implicando nas formas de execução do trabalho bancário. A disseminação de “terminais de atendimento” em distintos estabelecimentos não bancários e a criação de uma rede de “correspondentes bancários” constituíram-se na materialização da deslocalização da prestação de serviços bancários (CHAVES, 2005).

Em verdade, o processo de terceirização não se restringiu aos empreendimentos privados. O setor público também passou a fazer uso ampliado de atividades terceirizadas, sobretudo em atividades tais como segurança e limpeza. Além disso, também se passou a fazer uso de modalidades de trabalho precário como foi o caso, no setor da educação, do contrato temporário para professor substituto.

Concluindo, pode-se dizer que o processo de reestruturação ocorrido no Brasil nos diversos setores produtivos e de prestação de serviços implicou a constituição de um modelo crescentemente flexível tanto do ponto de vista da organização da produção quanto do ponto de vista da organização do trabalho. A implantação desse modelo mais flexível, em um ambiente de legislação hostil aos trabalhadores e adverso à ação sindical, promoveu a

precarização dos rendimentos e das condições de uso da força de trabalho implicando grande fragmentação da classe trabalhadora. Por fim, deve-se destacar que, em grande medida, este processo de fragmentação esteve associado aos processos de terceirização e de realocação das atividades econômicas em âmbito nacional, com vistas à redução de custos como meio de “sobrevivência das empresas”, num momento de maior integração da economia nacional à mundial. Essa estratégia de flexibilização da produção provocou a redistribuição das unidades produtivas no território brasileiro, em especial nos principais espaços urbanos do país – *locus* de maior concentração das atividades econômicas.

A dinâmica da estrutura econômica dos espaços urbanos brasileiros na década de 1990

O modelo de substituição de importações promoveu um forte processo de urbanização no país. Por esse motivo, a estrutura econômica legada por esse modelo de desenvolvimento concentrou-se principalmente nos espaços mais urbanizados do país. Então, pode-se dizer que a estrutura produtiva existente no país no início dos anos 1990 é representativa desse legado.

Em 1991, 50,9% dos estabelecimentos existentes no Brasil (1.504.983) concentraram-se nos 470 municípios com maior grau de urbanização no país – as regiões metropolitanas, as regiões integradas de desenvolvimento e as capitais das unidades federativas¹ –, indicando que apenas 8,5% do total dos municípios brasileiros concentraram naquele ano, mais da metade do aparato produtivo do país (Tabela 1). Embora as “leis” da concentração e da centralização do capital digam respeito à propriedade e não à localização dos empreendimentos, certamente, as decisões locacionais dos agentes produtivos quanto a sediar os estabelecimentos nas áreas com maior nível de urbanização basearam-se principalmente em vantagens decorrentes da aglomeração, em especial no mercado consumidor.

Os dados da Tabela 1 permitem constatar que em 1991, os 765.987 estabelecimentos localizados nos principais espaços urbanos do país apresentaram, do ponto de vista das grandes regiões, a distribuição a seguir: região norte, 2,4%; Região Centro-Oeste, 6,0%; Região Nordeste, 11,5%; Região Sul, 17,6% e Região Sudeste, 62,4%. Portanto, a estrutura produtiva existente no país no início da década de 1990 encontrava-se fortemente concentrada nos espaços urbanos, sendo que especialmente naqueles situados na região sudeste do país. Para que se possa aquilatar o grau de concentração da estrutura produtiva do país, basta que a esses espaços urbanos sejam agrupados os localizados na região sul, para que se chegue a 80% dos estabelecimentos localizados nos espaços urbanos sediados em apenas duas

grandes regiões do país no início dos anos noventa. É importante destacar que apenas dois espaços urbanos – as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro – concentraram, em 1991, percentuais dos estabelecimentos existentes no conjunto dos espaços urbanos com dois dígitos – 29,9% e 16,1%, respectivamente. Isso significa que apenas duas regiões metropolitanas concentraram nesse ano 46% do total dos estabelecimentos do país.

As distintas taxas de crescimento do número de estabelecimentos no período dão indicações da mudança da estrutura e da gestação de um novo perfil do aparelho produtivo do país ao longo da década de 1990. Na realidade, o incremento de estabelecimentos pode significar tanto a legalização de novos empreendimentos, a legalização de alguns que existiam à margem da legislação, bem como a ação combinada de ambos os movimentos. O que quer que tenha predominado, representa em instância última o resultado das decisões de agentes produtivos quanto à criação e/ou legalização de empreendimentos, bem como à sua localização. Assim, apresenta-se como resultado da luta entre agentes empresariais que concorrem entre si, bem como entre segmentos empresariais buscando situações de uso da força de trabalho que se mostrem mais favoráveis à acumulação de riqueza.

Todos os espaços urbanos apresentaram crescimento do número de estabelecimentos no período 1991/2000. Entretanto, tal crescimento ocorreu de forma diferenciada, por isso do ponto de vista das grandes regiões, as taxas de crescimento do número de estabelecimentos nos grandes espaços urbanos apresentaram-se do seguinte modo: 103% na Região Centro-Oeste, 84% na Região Nordeste, 81% na Região Norte, 68% na Região Sul e 29% Região Sudeste. A dinâmica de crescimento diferenciada do número de estabelecimentos produziu uma profunda modificação nas participações relativas ao final da década de 1990. Ocorreu uma acentuada perda de participação relativa dos aglomerados urbanos da Região Sudeste, de 62,4% para 54,5%, e ampliação da participação dos aglomerados das demais regiões brasileiras. A elevação mais significativa ocorreu no Centro-Oeste (de 6,0%, em 1991, para 8,3%, em 2000). No Nordeste, a mudança foi de 11,5 para 14,3%. No Norte, de 2,4 para 2,9% e no Sul de 17,6 para 19,9%. Então, ao se focar os espaços urbanos na perspectiva das suas participações nas grandes regiões, percebe-se que ao longo da década de 1990 ocorreu uma desconcentração das unidades produtivas nos espaços urbanos da Região Sudeste, possibilitando a ampliação da participação nas demais regiões brasileiras.

Chama a atenção o fato das taxas de crescimento do número de estabelecimentos haver apresentado, por um lado, uma grande dispersão e, por outro, que as menores taxas tenham ocorrido nas principais aglomerações urbanas do país: as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, ambas com incremento de pouco mais de 20% ao longo dos

nove anos compreendidos de 1991 a 2000. A Região Metropolitana de São Paulo experimentou redução de aproximadamente 30% para 25% e a do Rio de Janeiro de 16% para 13%. Logo, constata-se tanto desconcentração das unidades produtivas entre as grandes regiões quanto internamente à própria Região Sudeste, uma vez que as outras quatro regiões metropolitanas experimentaram ampliação absoluta e relativa do número de estabelecimentos, constituindo-se em espaços preferenciais à localização comparativamente aos principais aglomerados urbanos do país. Entretanto, ressalta-se que a Região Metropolitana de São Paulo tem exercido papel superlativo quando comparada com qualquer outro aglomerado urbano – metropolitano ou não – do país.

A década de 1990 constituiu-se em um período em que se efetivou um processo de desconcentração das unidades produtivas e de prestação de serviços do Sudeste comparativamente às demais regiões brasileiras e internamente à própria Região Sudeste, em decorrência da considerável perda de participação relativa dos principais aglomerados urbanos do país – as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro –, enquanto os demais ganharam participação.

Uma vez abordada a distribuição das unidades de produção entre os espaços urbanos do país, aborda-se, a seguir, o porte ou tamanho das mencionadas unidades de produção, considerando-se o número de pessoas empregadas por estabelecimento.

A Tabela 2 permite constatar que a estrutura de produção existente no Brasil no início da década de 1990 era, do ponto de vista quantitativo, composta essencialmente por microestabelecimentos. Neste ano, dos 1.504.983 estabelecimentos com existência legal no Brasil, aproximadamente 83% eram microempresas – estabelecimentos com até nove empregados. Os pequenos estabelecimentos – com 9 a 49 empregados – representaram 13,3%, os de porte médio – de 50 a 99 empregados – participaram com 1,8% e os grandes empreendimentos – estabelecimentos com mais de 100 empregados – representaram apenas 2,0% do total dos estabelecimentos existentes no país no ano. No mesmo ano, no conjunto dos grandes espaços urbanos brasileiros, os 765.987 estabelecimentos ali existentes também foram em ampla maioria compostos pelos microemprendimentos - 79,4% desse total, portanto em proporção um pouco menor do que a que vigorou no conjunto do país. De outra parte, os pequenos, médios e grandes estabelecimentos representaram proporções superiores às existentes no conjunto do país, quais sejam, 15,7%, 2,5% e 2,8%, respectivamente.

No que concerne à composição dos estabelecimentos segundo os tamanhos no âmbito das grandes regiões, resumidamente o que se pode constatar é que nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste ocorreram as mais elevadas proporções de microemprendimentos no total

dos estabelecimentos em 1991, enquanto nas regiões Nordeste e Norte ocorreram as proporções mais baixas. Por outro lado, estas últimas regiões apresentaram também maior intensidade de pequenos, médios e grandes estabelecimentos comparativamente às outras três grandes regiões. Sinteticamente, o que se pode dizer é que os dados da Tabela 2, permitem constatar que no início da década de 1990, no âmbito dos grandes espaços urbanos brasileiros, tomados isoladamente, predominou uma estrutura produtiva igualmente marcada pela presença dos estabelecimentos de menor porte.

Na realidade, o processo de reestruturação ocorrido ao longo da década embora tenha promovido desconcentração do aparelho produtivo do país, não propiciou a reversão do padrão existente no início da década.

No Brasil, em 2000, apesar do incremento do número de estabelecimentos de distintos tamanhos, o tipo que experimentou o maior crescimento absoluto e que resultou em acréscimo de participação relativa foi o dos micro estabelecimentos. A participação desse tipo de estabelecimento fora de 82,9% no início da década e passou a representar 85,0% do total dos empreendimentos ao final da década. Com relação aos pequenos, médios e grandes estabelecimentos, as participações mudaram de 13,3%, 1,8% e 2,0% para 12,2%, 1,4% e 1,4%, respectivamente.

Nos principais espaços urbanos brasileiros, o movimento foi rigorosamente o mesmo ocorrido no Brasil. As mudanças nas participações de 1991 para 2000 por tipo de estabelecimentos foram as seguintes: nos micro de 79,4% para 82,2%, nos pequenos de 15,7% para 14,4%, nos médios de 2,3% para 1,7% e nos grandes de 2,6% para 1,7%, respectivamente. Portanto, constata-se que o processo de reestruturação teve impactos não somente no plano espacial – que implicou na desconcentração da estrutura produtiva em situação de formalidade –, mas também nos tamanhos dos estabelecimentos, resultando no aprofundamento da predominância daqueles de menor porte ou com menor número de trabalhadores formalmente empregados. Na verdade, a mudança ocorrida nos tamanhos dos estabelecimentos revela o caráter regressivo do processo de reestruturação, pois implicou na redução relativa e, em alguns casos, absoluta do assalariamento, indicando mudança qualitativa nas relações de trabalho vigentes no Brasil.

Os espaços urbanos agregados segundo as grandes regiões também explicitam os mesmos resultados, qual seja, a ampliação da participação relativa dos microestabelecimentos e a redução dos demais tipos. Assim, destacam-se apenas os dados alusivos aos micro e aos grandes empreendimentos, nos anos em foco, segundo as grandes regiões. Quanto ao primeiro tipo, as mudanças foram as seguintes: na Região Norte, de 72,0% para 77,1%; na Região

Nordeste, de 76,3% para 81,3%; na Região Centro-Oeste, de 80,5% para 84,2%; na Região Sudeste de 79,5% para 81,4% e na Região Sul, de 81,5% para 84,9%. Quanto aos grandes estabelecimentos, as mudanças nas mesmas regiões foram as seguintes: de 4,7% para 3,1%; de 3,5% para 2,0%; de 2,4% para 1,4%; de 2,5% para 1,7% e de 2,2% para 1,3%.

Nos espaços urbanos tomados isoladamente, o movimento generalizado foi também o do incremento da participação dos micro e da diminuição dos demais tipos de estabelecimentos. Na realidade, a única exceção foi a Região Metropolitana de Tubarão que apresentou também uma pequena elevação de participação dos pequenos estabelecimentos.

No início da década de 1990 a estrutura produtiva formalizada do país era marcada por um padrão em que existia o predomínio dos micro, pequenos e médios estabelecimentos de produção e de prestação de serviços no quantum dos estabelecimentos, porém, no concernente aos empregos esses estabelecimentos eram detentores de parcela reduzida quando comparados aos grandes estabelecimentos. Tal evidência torna claro que o papel comumente atribuído aos pequenos empreendimentos de absorvedores de força-de-trabalho encontrava-se tão-somente ao nível retórico, ao menos no que concerne às relações de trabalho de melhor qualidade. Na realidade, as mudanças ocorridas ao longo da década de 1990 implicaram não somente a elevação da participação dos micro, pequenos e médios empreendimentos no total dos estabelecimentos, mas também na composição dos empregos formais. Entretanto, tal comportamento em vez de indicar que tais empreendimentos foram fundamentais para a geração dos empregos, indicam a existência de um forte processo de desassalariamento nos grandes estabelecimentos, certamente, em decorrência do processo de terceirização de processos antes realizados formalmente no interior destes.

No Brasil, a mudança de participação relativa dos estabelecimentos de portes micro, pequeno, médio e grande foi de 13,1% para 17,7%; de 17,4% para 20,2%; de 8,3% para 8,2% e de 61,2% para 53,9%. Portanto, o movimento geral foi o de considerável declínio da participação dos grandes estabelecimentos e de elevação dos de menor porte, à exceção dos de médio porte.

No caso do agregado dos espaços urbanos brasileiros, constatou-se declínio de participação apenas dos grandes estabelecimentos, de 66,4% para 58,9%, enquanto os de menor porte tiveram elevação, sendo os micros de 10,3% para 14,4%, os pequenos de 15,5% para 18,7% e os médios de 7,8 para 8,0%.

No caso da agregação dos espaços urbanos por grandes regiões, também se constatou o mesmo movimento, sendo que os estabelecimentos de porte médio da Região Sul constituíram exceção, ao perderem participação de 8,9% para 8,3% dos empregos. Logo,

enfocam-se os grandes estabelecimentos, uma vez que os de menor porte constituem a diferença em relação àqueles para complementar os 100%. Na Região Norte, a participação dos grandes estabelecimentos foi de 74,8%, em 1991, tendo sido reduzida para 68,1%, em 2000. Na Região Nordeste, as participações foram alteradas de 73,8% para 63,4%. Na Região Centro-Oeste, os empreendimentos de maior porte tiveram sua parcela na composição do emprego alterada de 73,5% para 66,5%. Na Região Sudeste as referidas participações foram modificadas de 64,1% para 56,9% e na Região Sul de 60,9% para 53,9%.

Do exposto, pode-se concluir que a estrutura produtiva brasileira, em especial aquela presente nos grandes espaços urbanos, ao longo da década de 1990 passou por um processo de realocização espacial com repercussões do ponto de vista inter-regional. Entretanto, é importante ressaltar que em que pese a desconcentração, o aparelho produtivo brasileiro permaneceu fortemente concentrado nas regiões sudeste e sul do país. Ademais, é também importante ressaltar que a participação dos estabelecimentos de menor porte em tal estrutura foi ampliada ao mesmo tempo em que os grandes tiveram reduzida sua participação. De outra parte, ao se colocar em foco a composição dos empregos, a participação ao longo da década permaneceu concentrada nos grandes estabelecimentos. Entretanto, tal participação foi fortemente erodida ao longo da década em decorrência das políticas implementadas e da incapacidade dos trabalhadores para fazer face ao enfrentamento das ações promotoras da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro empreendidas na década de 1990.

A dinâmica do mercado de trabalho dos espaços urbanos brasileiros na década de 1990

A inserção brasileira na 'ordem' econômica sob domínio rentista ocorreu através de uma conjugação de políticas dentre as quais destacaram-se a abertura comercial e financeira, a sobrevalorização da moeda nacional e a vigência de taxas de juros elevadas. Esse conjunto combinado de políticas, embora tenha permitido a manutenção da taxa de inflação em níveis muito baixos, provocou a aceleração das dívidas interna e externa, fragilizou as contas públicas e condicionou o país a baixas taxas de crescimento. Essas políticas associadas às ações de reestruturação econômica, às mudanças jurídicas relativas ao trabalho e à derrota do sindicalismo combativo criaram um ambiente desfavorável ao mercado de trabalho no concernente à expansão de postos, às condições e às modalidades de trabalho, bem como aos níveis de remuneração.

Embora tenha se tornado lugar-comum, em todo o mundo, atribuir o desemprego exclusivamente aos avanços tecnológicos, no caso específico do Brasil defender esta tese tornou-se uma posição heróica diante dos indicadores econômicos. Na realidade, basta citar que enquanto no período 1991/1999, a taxa de crescimento do produto foi da ordem de 2,49% a.a., a taxa de crescimento da produtividade foi um pouco inferior, 2,43%, portanto, anulando a justificativa tecnológica para o desemprego, uma vez que tal tese somente seria plausível num contexto de crescimento da produtividade muito superior ao da atividade econômica (DAINEZ, 2003, p. 120).

Na realidade, embora o Brasil tenha se inserido tardiamente na nova ordem, fê-lo construindo um ambiente, já em vigor em outros países, completamente hostil aos que, por falta dos meios básicos de sobrevivência, necessitavam submeter-se ao assalariamento. Este novo ambiente é aquele em que a precariedade foi guindada a uma situação de 'normalidade', por isso, teria atingido também os trabalhadores dos países de capitalismo com maior nível de regulação. Na verdade, em vez de se tratar de uma inevitabilidade econômica, a precarização ou precariedade "se inscreve num *modo de dominação* de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração" (BOURDIEU, 1998, p. 124). As evidências disponíveis sugerem que foi a constituição de um regime econômico e político desse tipo que condicionou a estruturação do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990.

Ao longo dos anos 1990, o mercado de trabalho brasileiro além do elevado nível do desemprego, caracterizou-se também pela presença de indicadores de precariedade do trabalho para o contingente de pessoas com ocupação. Este foi o ambiente construído no Brasil na década de 1990 e que atingiu decisivamente os trabalhadores brasileiros, em particular aqueles situados nos principais espaços urbanos do país por se tratar do *locus* concentrador de pessoas e da estrutura produtiva do país.

Na abordagem do mercado de trabalho, o ponto de partida aqui adotado é o indicador *taxa de atividade* - dada pela relação entre o número de pessoas economicamente ativas (PEA) e o número de pessoas em idade ativa (PIA). O citado indicador revela a parcela da oferta potencial de força de trabalho que se encontra em ativa no mercado de trabalho – em condição de efetiva ocupação ou realizando ações com tal finalidade. No caso específico do conjunto dos principais espaços urbanos brasileiros, constata-se que, ao longo da década de 1990, o aludido indicador experimentou considerável incremento, passando de 53,5%, em 1991, para 58,5%, em 2000 (Tabela 3).

Deve também ser ressaltado que a *população desocupada* cresceu a uma taxa média superior à *população ocupada* nos principais espaços urbanos do país e, por esse motivo, as *taxas de ocupação* no ano de 2000 foram mais baixas comparativamente às ocorridas no ano de 1991, tendo no caso das *taxas de desocupação* ocorrido o contrário. No ano de 1991, a *taxa de ocupação* dos principais espaços urbanos brasileiros foi de 93,2% e decresceu para 81,7% no ano de 2000. Por sua vez, a *taxa de desocupação* foi de 6,8% e 18,3%, respectivamente.

No que concerne à *população ocupada*, vale por em relevo que o agregado dos espaços urbanos situados na Região Sudeste aglutinou um quantitativo que correspondeu a 55,7% dos 24,7 milhões de pessoas ocupadas, aproximadamente, no conjunto dos espaços urbanos brasileiros no ano de 1991. No ano de 2000, embora tenha continuado muito elevada a participação do citado agregado urbano, a sua participação relativa foi reduzida para 52,8% dos 29,6 milhões de integrantes da condição de ocupadas. Se foi o agregado da Região Sudeste o que aglutinou a maior parcela das pessoas ocupadas nos dois anos em destaque, foi o agregado dos espaços integrantes da Região Norte o que apresentou o maior crescimento da população ocupada no período em destaque, enquanto foi o agregado da Região Sudeste também aquele que apresentou o menor incremento no período. Assim, a população ocupada nos grandes espaços urbanos brasileiros apresentou-se fortemente concentrada na Região Sudeste. Entretanto, é importante chamar a atenção para o fato de que no interior do agregado Região Sudeste, as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro assumiram posições de maior peso, em especial a primeira, não obstante tenham experimentado, considerável perda relativa na composição da ocupação ao longo da década.

Concretamente, a Tabela 3 permite destacar que ao longo da década de 1990 o movimento do mercado de trabalho dos principais espaços urbanos brasileiros expressou o movimento decorrente da reestruturação produtiva e do processo de inserção à nova ordem mundial. O resultado mais visível foi a elevação dos patamares do desemprego no país e nos grandes espaços urbanos em particular. No que concerne à ocupação e aos rendimentos, o movimento mais visível foi a desconcentração relativa dessas variáveis nos espaços urbanos situados na Região Sudeste comparativamente aos espaços urbanos situados nas outras grandes regiões. Entretanto deve ser ressaltado que a performance do agregado dos principais espaços urbanos da Região Sudeste esteve fortemente associada aos resultados apresentados pela Região Metropolitana de São Paulo, em maior grau, e pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em escala secundária.

Uma vez realizada a breve exposição precedente sobre alguns indicadores gerais a respeito do mercado de trabalho dos principais espaços urbanos brasileiros, passa-se a uma

exposição mais detalhada a respeito da situação existente no ano de 2000, por se tratar daquela que melhor condensa o resultado das transformações ocorridas ao longo da década de noventa.

As *taxas de atividade* em vigor em 2000 nos grandes espaços urbanos são reveladoras de uma relativamente baixa utilização da oferta potencial de força de trabalho. Considerando-se a agregação dos espaços urbanos segundo as grandes regiões, constata-se que em 2000 foi na Região Nordeste onde ocorreu a menor taxa de atividade da força de trabalho, 54,8%. Em escala ascendente de utilização da força produtiva do trabalho teve-se: Região Norte (56,3%), Região Sudeste (59,1%), Região Sudeste (60,9%) e Região Centro-Oeste (61,1%). Quanto aos espaços urbanos tomados isoladamente, destaca-se que a mais baixa taxa de atividade foi registrada na Região Metropolitana de Recife (52,7%) e a mais elevada na Região Metropolitana do Vale do Itajaí (65,1%).

Dado que as taxas de ocupação e de desocupação representam parcelas da população economicamente ativa, a exposição, a seguir, põe em destaque, a princípio, somente a *taxa de desocupação* – ou a parcela da população cuja atividade consistiu em procurar emprego – para destacar a “inserção não exitosa” no mercado de trabalho.

A princípio, destaca-se que a taxa de desocupação dos principais espaços urbanos brasileiros, em 2000, foi muito elevada não apenas do ponto de vista do seu conjunto, mas também quando considerada isoladamente. Na realidade, estas taxas persistentemente elevadas ao que tudo indica parecem se constituir em uma das características do modelo de desenvolvimento com matiz mais flexível implantado no Brasil na década de noventa, mas que já se encontrava disseminado em outras plagas há mais de uma década.

Em 2000, a *taxa de desocupação* foi de 18,3% no conjunto dos principais espaços urbanos brasileiros. Entretanto, deve ser destacado que houve grande dispersão entre os espaços quando estes são tomados individualmente ou por agrupamentos regionais. Segundo os agrupamentos regionais, a taxa de desocupação mais baixa ocorreu na Região Sul (13,6%) e a mais elevada na Região Nordeste (21,5%). Nas demais, as taxas foram as seguintes: na Região Centro-Oeste, 15,4%, na Região Sudeste, 18,8%, e na Região Norte, 19,9%. Portanto, as taxas de desocupação foram bastante elevadas em todos os agregados regionais dos grandes espaços urbanos do país.

Como os resultados regionais foram decorrentes da agregação dos espaços individuais, torna-se claro que houve predominância entre estes espaços de elevadas taxas de desemprego, por isso serão destacados apenas alguns casos que permitem entender a dispersão dos casos individuais. Embora, não se possa dizer que foram taxas efetivamente

baixas, destaca-se que dentre os espaços urbanos brasileiros, as quatro taxas de desemprego mais baixas ocorreram na Região Sul, sendo de 8,3% na Região Metropolitana do Vale do Itajaí, de 10% na Região Metropolitana de Tubarão, de 11,3% na Região Metropolitana Carbonífera e de 11,7% na Região Metropolitana de Florianópolis. De outra parte, quatro dentre as taxas mais elevadas ocorreram em espaços urbanos situados na Região Nordeste, sendo de 22,2% na Região Metropolitana de Aracaju, 23,4% na Região Metropolitana de Recife, de 23,6% na Região Metropolitana de Maceió e de 25,2% na Região Metropolitana de Salvador. Obviamente, os demais casos situaram-se entre os já destacados e requereriam maiores detalhamentos.

De qualquer modo, destaca-se ainda que nos principais espaços urbanos do país, as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, as taxas de desemprego foram 19,6% e 17,8%, respectivamente, conforme os dados da Tabela 3. Embora tais taxas não se encontrassem entre as maiores dentre os espaços metropolitanos, é necessário reconhecer que há limites para a relativização, pois, em primeiro lugar trata-se de taxas muito superiores às existentes no início da década e ademais, dadas as magnitudes das populações economicamente ativas trata-se de um contingente, considerando-se as duas conjuntamente, superior a 2,66 milhões de pessoas, o que equivale a mais de 88% de todo o contingente de desempregados em todos os espaços urbanos das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, que foi pouco superior a 3 milhões de pessoas. Portanto, quando se trata dos espaços urbanos brasileiros é preciso ter em conta que a heterogeneidade quanto a qualquer aspecto que se tente realçar não ocorre na forma de um suave gradiente, pois entre alguns desses espaços existem distâncias abissais como são os casos postos em destaque.

Uma vez destacada a desocupação, a partir da sua taxa, aborda-se, a seguir, a ocupação, a partir da participação relativa dos diversos espaços urbanos na composição de tal variável. De início, põe-se em relevo o caráter concentrado das ocupações nos espaços urbanos de uma única região do país, a Região Sudeste. Esta região concentrou no ano de 2000 quase 53% das ocupações de todos os grandes espaços do país. O restante das ocupações foi distribuído entre as demais regiões, do seguinte modo: Região Nordeste, 17,7%, Região Sul, 15,8%, Região Centro-Oeste, 8,5% e Região Norte, 5,2%. Ao se focar as regiões particularizadamente, mais uma vez detecta-se o fosso entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, pois aquela deteve 24,3% e esta 14,1% do total das ocupações do “Brasil urbano”, implicando em um quantitativo de aproximadamente 11,4 milhões de pessoas ou o equivalente a mais de 81% do quantitativo de pessoas ocupadas em todos os espaços urbanos das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

Para reforçar a idéia de heterogeneidade, pode-se ainda destacar a participação dos espaços urbanos no total dos rendimentos auferidos no trabalho principal. No caso desta variável constata-se um grau de concentração ainda maior nos espaços urbanos sediados na Região Sudeste, sendo de aproximadamente 60% da massa de rendimentos. Os 40% restantes foram distribuídos segundo a perspectiva das grandes regiões do seguinte modo: Região Norte, 3,8%; Região Centro-Oeste, 8,2%; Região Nordeste, 11,6% e Região Sul, 16,7%. Para ressaltar mais uma vez as distâncias entre os espaços urbanos, basta mais uma vez destacar que 42,7% da massa de rendimentos concentraram-se apenas nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo as participações “individuais” de 29,3% e de 13,4%, mostrando que mesmo entre esses espaços as distâncias são muito grandes.

Prosseguindo com a idéia de heterogeneidade, mas acrescentando a idéia de qualidade, destacam-se os níveis médios de rendimentos pagos no trabalho principal. Segundo a perspectiva das grandes regiões, os rendimentos médios no período de referência da pesquisa foram os seguintes: na Região Nordeste, 3,66 salários mínimos (R\$ 552,20); na Região Norte, 4,09 salários mínimos (R\$ 617,04); na Região Centro-Oeste, 5,35 salários mínimos (R\$807,44); na Região Sul, 5,91 salários mínimos (R\$ 892,65) e na Região Sudeste, 6,28 salários mínimos (R\$ 948, 32). Portanto, considerando-se que ocupações com melhores níveis de rendimentos significam ocupações de melhor qualidade, constata-se que tais ocupações foram, principalmente, as existentes nos espaços urbanos sediados nas Regiões Sudeste e Sul do país. Não por acaso, os rendimentos mais elevados foram pagos nas seguintes Regiões Metropolitanas: de Florianópolis (R\$ 1.397,05), do Vale do Itajaí (R\$ 1.312,36) e do Norte/Nordeste Catarinense (R\$ 1.310,93) na Região Sul e de Belo Horizonte (R\$ 1.189,66) e São Paulo (R\$ 1.013,99) na Região Sudeste. Já no que concerne aos mais baixos níveis de rendimentos, destaca-se que os seis espaços urbanos em tal condição estavam sediados na Região Nordeste: Região Metropolitana de Natal (R\$ 538,07), Região Metropolitana de Maceió (R\$ 536,93), Região Metropolitana de Fortaleza (R\$ 517,32), Região Metropolitana da Grande São Luís (R\$ 510,10), Região Metropolitana de João Pessoa (R\$ 503,16) e Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina (R\$ 449,69).

Considerações finais

A exposição precedente revela que a década de noventa, período de implantação de um modelo de desenvolvimento de matiz liberal no Brasil, ficou marcada por um conjunto de ações que promoveram a desconcentração da estrutura produtiva entre os principais espaços

urbanos. Este movimento de desconcentração implicou a perda de posição do conjunto dos espaços urbanos que compõem a Região Sudeste e na ampliação da participação dos agregados dos espaços urbanos que compõem as demais grandes regiões. Além disso, internamente à Região Sudeste, ocorreu perda de participação dos principais espaços urbanos – as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro – e ampliação da participação das demais regiões metropolitanas. Entretanto, é necessário ressaltar que apesar deste movimento desconcentracionalista, a estrutura produtiva do país permaneceu ainda fortemente concentrada nesses dois espaços urbanos. Quanto ao mercado de trabalho, ocorreu uma trajetória de ampliação da precariedade preexistente, embora deva ser ressaltado que tal processo não tenha se constituído em exclusividade dos principais espaços urbanos do país. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo de pequena desconcentração das ocupações e dos rendimentos acompanhando o movimento da estrutura produtiva. Mesmo assim, a Região Sudeste continuou concentrando parcela considerável das ocupações e dos rendimentos, sendo que a desconcentração e, ao mesmo tempo, a permanência da concentração alusiva ao mercado de trabalho foram fortemente influenciadas pelas mudanças ocorridas nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Referências

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora Unesp, Unicamp, 2002.
- CARVALHO, Rui de Quadros. **Tecnologia e trabalho industrial**: as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística. Porto Alegre, 1987.
- CHAVES, Luciano Athayde. **Trabalho, tecnologia e ação sindical**: a condição bancária no panorama da acumulação flexível. São Paulo: Annablume, 2005.
- DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico”. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 1991. (Microdados).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2000 (Microdados).
- LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.
- LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das Regiões Metropolitanas Brasileiras**: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Brasil: Observatório, 2004.
- SILVA, Francisca Tavares da. **Reestruturação produtiva na Petrobras e a ação sindical do petroleiros no RN**. 2005. 162 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na UFRN. Natal: [s.n.], 2005.

TAUILE, José R. Microeletrônica e automação: a nova fase da indústria automobilística brasileira. *Revista de Economia Política*, 6(3):69-81, jul/set, 1986.

Notas e Tabelas

¹ O presente texto utiliza a hierarquia dos grandes espaços urbanos brasileiros (GEURBs) presente no relatório do Observatório das Metrôpoles (2004).

² O processo de atualização monetária das informações constantes do Censo Demográfico de 1991 foi o proposto por Corseil e Foguel (2002). Os dados foram deflacionados pelo INPC e colocados a preços constantes de 1º de agosto de 2000.

Tabela 1

Estrutura produtiva dos principais espaços urbanos brasileiros - Taxas de crescimento e distribuição espacial dos estabelecimentos e do emprego (1991 e 2000)

Principais espaços urbanos brasileiros	Estabelecimentos					Empregos				
	Total		Taxa de crescimento - período (%)	Participação relativa (%)		Total		Taxa de crescimento - período (%)	Participação relativa (%)	
	1991	2000	1991/2000	1991	2000	1991	2000	1991/2000	1991	2000
Região Norte	18.270	33.139	81,4	2,4	2,9	637.528	765.237	20,0	4,1	4,5
Manaus - AM	5.125	8.570	67,2	0,7	0,8	210.554	226.503	7,6	1,3	1,3
Região Metropolitana de Belém	8.851	12.714	43,6	1,2	1,1	257.216	292.481	13,7	1,6	1,7
Porto Velho - RO	1.924	3.728	93,8	0,3	0,3	77.134	77.113	-0,0	0,5	0,5
Macapa	597	1.977	231,2	0,1	0,2	31.131	41.033	31,8	0,2	0,2
Rio Branco - AC	1.040	2.357	126,6	0,1	0,2	41.857	53.749	28,4	0,3	0,3
Palmas		2.180			0,2		51.817			0,3
Boa Vista - RR	733	1.613	120,1	0,1	0,1	19.636	22.541	14,8	0,1	0,1
Região Nordeste	88.407	162.611	83,9	11,5	14,3	2.566.487	2.848.871	11,0	16,4	16,7
Região Metropolitana de Salvador	21.452	38.504	79,5	2,8	3,4	588.658	702.172	19,3	3,8	4,1
Região Metropolitana de Recife	21.489	33.963	58,0	2,8	3,0	591.460	621.075	5,0	3,8	3,6
Região Metropolitana de Fortaleza	16.204	31.408	93,8	2,1	2,8	419.474	495.382	18,1	2,7	2,9
Região Metropolitana de Natal	5.780	12.686	119,5	0,8	1,1	196.025	211.846	8,1	1,2	1,2
Aracaju	5.050	9.452	87,2	0,7	0,8	113.706	151.616	33,3	0,7	0,9
Grande São Luís	4.220	8.380	98,6	0,6	0,7	168.015	176.956	5,3	1,1	1,0
Maceió	5.287	9.679	83,1	0,7	0,9	164.790	156.705	-4,9	1,1	0,9
Região Metropolitana de João Pessoa	5.163	10.783	108,9	0,7	1,0	185.054	204.380	10,4	1,2	1,2
Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina	3.762	7.756	106,2	0,5	0,7	139.305	128.739	-7,6	0,9	0,8
Região Centro-Oeste	46.168	93.771	103,1	6,0	8,3	1.125.849	1.546.248	37,3	7,2	9,1
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal	19.362	41.503	114,4	2,5	3,7	589.071	860.548	46,1	3,8	5,0
Região Metropolitana de Goiânia	14.416	29.995	108,1	1,9	2,6	286.579	393.969	37,5	1,8	2,3
Região Metropolitana de Cuiabá	5.566	10.657	91,5	0,7	0,9	122.689	139.617	13,8	0,8	0,8
Campo Grande - MS	6.824	11.616	70,2	0,9	1,0	127.510	152.114	19,3	0,8	0,9
Região Sudeste	478.115	618.080	29,3	62,4	54,5	9.192.278	9.202.174	0,1	58,6	54,0
Região Metropolitana de São Paulo	229.108	278.445	21,5	29,9	24,6	4.749.100	4.630.809	-2,5	30,3	27,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	123.030	147.887	20,2	16,1	13,0	2.355.039	2.177.076	-7,6	15,0	12,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	58.061	88.326	52,1	7,6	7,8	1.082.876	1.265.436	16,9	6,9	7,4
Campinas	27.535	41.802	51,8	3,6	3,7	440.368	520.269	18,1	2,8	3,1
Região Metropolitana de Vitória	14.611	26.188	79,2	1,9	2,3	260.293	289.574	11,2	1,7	1,7
Região Metropolitana da Baixada Santista	21.696	27.512	26,8	2,8	2,4	235.934	238.016	0,9	1,5	1,4
Vale do Aço	4.074	7.920	94,4	0,5	0,7	68.668	80.994	18,0	0,4	0,5
Região Sul	135.027	226.181	67,5	17,6	19,9	2.166.092	2.681.273	23,8	13,8	15,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	47.996	72.771	51,6	6,3	6,4	884.943	953.005	7,7	5,6	5,6
Região Metropolitana de Curitiba	31.798	52.803	66,1	4,2	4,7	505.113	730.814	44,7	3,2	4,3
Região Metropolitana de Florianópolis	9.996	18.739	87,5	1,3	1,7	190.341	232.822	22,3	1,2	1,4
Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense	10.441	17.733	69,8	1,4	1,6	171.679	206.001	20,0	1,1	1,2
Região Metropolitana de Londrina	8.507	15.009	76,4	1,1	1,3	101.080	128.596	27,2	0,6	0,8
Região Metropolitana do Vale do Itajaí	8.709	15.266	75,3	1,1	1,3	127.734	156.276	22,3	0,8	0,9
Região Metropolitana de Maringá	6.160	11.400	85,1	0,8	1,0	65.972	94.839	43,8	0,4	0,6
Carbonífera	3.533	6.513	84,3	0,5	0,6	46.500	58.679	26,2	0,3	0,3
Região Metropolitana Foz do Itajaí	4.502	9.611	113,5	0,6	0,8	39.489	68.703	74,0	0,3	0,4
Tubarão	3.385	6.336	87,2	0,4	0,6	33.241	51.538	55,0	0,2	0,3
Espaços urbanos brasileiros	765.987	1.133.782	48,0	100,0	100,0	15.688.234	17.043.803	8,6	100,0	100,0
Brasil	1.504.983	2.238.687	48,8			23.010.793	26.228.629	14,0		

Fonte: Rais/MTE, CD-ROM, 1991 e 2000. Elaboração do autor.

Tabela 2

Estrutura produtiva dos principais espaços urbanos brasileiros - Total e composição dos estabelecimentos e do emprego segundo o tamanho das empresas (1991 e 2000)

Principais espaços urbanos brasileiros	Anos													
	1991													
	Estabelecimentos					Empregos					Estabelecimentos			
	Total	% estabelecimentos/ tamanho de empresa				Total	% empregos/tamanho de empresa				Total	% estabelecimentos/ tamanho de empresa		
Microempresa		Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa	Microempresa		Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa	Microempresa		Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa
Região Norte	18.270	72,0	19,7	3,7	4,7	637.528	6,2	11,7	7,3	74,8	33.139	77,1	17,4	2,5
Manaus - AM	5.125	66,1	22,6	4,5	6,8	210.554	5,2	11,8	7,8	75,2	8.570	72,4	20,2	3,1
Região Metropolitana de Belém	8.851	73,9	18,9	3,3	3,9	257.216	7,7	13,2	7,9	71,3	12.714	76,8	17,8	2,3
Porto Velho - RO	1.924	76,9	16,4	3,3	3,3	77.134	5,1	8,2	5,6	81,2	3.728	83,4	13,1	1,6
Macapa	597	69,2	20,6	4,9	5,4	31.131	3,4	8,6	6,5	81,5	1.977	79,2	15,9	2,9
Rio Branco - AC	1.040	73,7	18,9	2,9	4,5	41.857	5,1	10,0	5,1	79,8	2.357	80,0	15,5	1,8
Palmas											2.180	83,5	12,2	2,3
Boa Vista - RR	733	77,2	17,9	2,7	2,2	19.636	7,3	14,1	7,1	71,6	1.613	83,3	13,0	2,2
Região Nordeste	88.407	76,3	17,5	2,7	3,5	2.566.487	7,5	12,3	6,4	73,8	162.611	81,3	14,9	1,9
Região Metropolitana de Salvador	21.452	77,3	17,0	2,4	3,4	588.658	8,1	12,5	6,0	73,4	38.504	81,7	14,6	1,7
Região Metropolitana de Recife	21.489	75,6	18,2	2,9	3,3	591.460	8,1	13,4	7,2	71,3	33.963	79,7	16,3	2,0
Região Metropolitana de Fortaleza	16.204	76,3	17,4	2,9	3,4	419.474	8,1	14,3	7,8	69,7	31.408	81,1	15,1	1,9
Região Metropolitana de Natal	5.780	78,0	15,9	2,4	3,7	196.025	6,2	9,3	5,0	79,5	12.686	81,8	15,0	1,6
Aracaju	5.050	77,0	17,1	2,4	3,5	113.706	9,2	15,4	7,2	68,2	9.452	82,5	13,7	1,7
Grande São Luís	4.220	72,8	19,4	3,5	4,3	168.015	5,4	10,0	6,3	78,4	8.380	80,1	15,1	2,2
Maceió	5.287	75,2	18,1	2,9	3,8	164.790	6,9	12,0	6,4	74,7	9.679	82,1	14,1	1,9
Região Metropolitana de João Pessoa	5.163	77,4	17,1	2,3	3,3	185.054	5,9	10,0	4,5	79,7	10.783	83,9	12,6	1,7
Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina	3.762	76,1	16,9	2,8	4,2	139.305	5,5	9,1	5,4	80,0	7.756	80,4	15,2	2,3
Região Centro-Oeste	46.168	80,5	15,0	2,0	2,4	1.125.849	8,4	12,3	5,7	73,5	93.771	84,2	12,9	1,5
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal	19.362	81,1	14,3	2,0	2,6	589.071	6,7	9,6	4,4	79,3	41.503	84,7	12,4	1,4
Região Metropolitana de Goiânia	14.416	79,5	16,1	2,1	2,3	286.579	10,3	16,0	7,3	66,4	29.995	83,8	13,4	1,5
Região Metropolitana de Cuiabá	5.566	79,4	16,0	2,5	2,1	122.689	9,7	14,1	7,8	68,4	10.657	82,6	14,1	1,7
Campo Grande - MS	6.824	81,9	14,1	1,7	2,3	127.510	10,9	15,1	6,4	67,7	11.616	85,0	12,3	1,3
Região Sudeste	478.115	79,5	15,7	2,3	2,5	9.192.278	11,1	16,6	8,3	64,1	618.080	81,4	15,1	1,8
Região Metropolitana de São Paulo	229.108	78,1	16,7	2,5	2,7	4.749.100	10,3	16,5	8,5	64,7	278.445	79,6	16,5	2,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	123.030	79,8	15,6	2,2	2,4	2.355.039	11,6	16,5	8,1	63,8	147.887	81,1	15,4	1,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	58.061	81,4	14,5	1,9	2,2	1.082.876	10,5	15,6	7,2	66,7	88.326	83,6	13,5	1,5
Campinas	27.535	80,0	15,3	2,2	2,5	440.368	12,8	19,3	9,5	58,4	41.802	82,0	14,5	1,7
Região Metropolitana de Vitória	14.611	81,8	14,0	2,1	2,1	260.293	11,4	15,9	7,9	64,8	26.188	84,7	12,8	1,3
Região Metropolitana da Baixada Santista	21.696	85,9	11,4	1,4	1,2	235.934	19,2	20,7	9,0	51,1	27.512	88,1	9,9	1,1
Vale do Aço	4.074	85,6	11,5	1,2	1,7	68.668	11,3	13,6	4,8	70,3	7.920	87,1	10,9	1,1
Região Sul	135.027	81,5	14,2	2,0	2,2	2.166.092	12,4	17,8	8,9	60,9	226.181	84,9	12,4	1,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	47.996	81,0	14,4	2,1	2,5	884.943	10,5	15,8	8,1	65,6	72.771	85,0	11,9	1,6
Região Metropolitana de Curitiba	31.798	80,7	14,8	2,2	2,2	505.113	13,1	18,8	9,7	58,4	52.803	83,5	13,5	1,5
Região Metropolitana de Florianópolis	9.996	83,2	12,9	1,7	2,2	190.341	10,9	13,4	6,1	69,6	18.739	86,2	11,5	1,2
Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense	10.441	81,4	14,1	2,0	2,5	171.679	12,2	17,1	8,8	61,9	17.733	83,9	13,0	1,5
Região Metropolitana de Londrina	8.507	81,7	14,9	1,7	1,7	101.080	17,4	25,0	10,2	47,3	15.009	86,5	11,4	1,2
Região Metropolitana do Vale do Itajaí	8.709	81,5	14,2	2,0	2,2	127.734	13,4	19,3	9,8	57,5	15.266	83,1	14,1	1,4
Região Metropolitana de Maringá	6.160	83,0	13,8	1,7	1,5	65.972	19,0	25,0	10,8	45,2	11.400	86,5	11,3	1,3
Carbonífera	3.533	81,1	13,8	2,7	2,4	46.500	14,2	21,0	14,8	50,1	6.513	84,7	12,4	1,7
Região Metropolitana Foz do Itajaí	4.502	84,5	12,8	1,4	1,4	39.489	21,9	28,2	11,6	38,3	9.611	87,5	10,9	0,8
Tubarão	3.385	85,9	10,9	1,6	1,6	33.241	20,0	22,6	10,8	46,6	6.336	86,3	11,3	1,3
Espaços urbanos brasileiros	765.987	79,4	15,7	2,3	2,6	15.688.234	10,3	15,5	7,8	66,4	1.133.782	82,2	14,4	1,7
Brasil	1.504.983	82,9	13,3	1,8	2,0	23.010.793	13,1	17,4	8,3	61,2	2.238.687	85,0	12,2	1,4

Fonte: Rais/MTE, CD-ROM, 1991 e 2000. NOTA: Microempresa (0-9); Pequena empresa (10-49); Média empresa (50-99); Grande empresa (100 ou mais pessoas empregadas). Elaboração do autor.

Tabela 3

Estrutura do mercado de trabalho dos principais espaços urbanos brasileiros (1991 e 2000)

Principais espaços urbanos brasileiros	Anos/Indicadores do mercado de trabalho												
	1991						2000						
	Taxa de atividade (%)	Taxa de ocupação (%)	Taxa de desocupação (%)	Participação na população ocupada (%)	Participação na população desocupada (%)	Rendimento médio (Em salários mínimos de 01 agosto 2000)	Participação na massa de rendimentos (%)	Taxa de atividade (%)	Taxa de ocupação (%)	Taxa de desocupação (%)	Participação na população ocupada (%)	Participação na população desocupada (%)	Rendimento médio (Em salários mínimos de 01 agosto 2000)
Região Norte	49,8	90,8	9,2	4,5	6,2	3,87	3,9	56,3	80,1	19,9	5,2	5,8	4,09
Manaus - AM	50,6	88,0	12,0	1,4	2,6	4,69	1,4	56,7	76,2	23,8	1,6	2,2	4,20
Região Metropolitana de Belém	47,4	91,5	8,5	1,9	2,4	3,90	1,7	54,6	80,6	19,4	2,1	2,3	3,86
Porto Velho - RO	54,2	94,0	6,0	0,4	0,4	0,48	0,0	58,2	83,6	16,4	0,4	0,4	4,57
Macapá	47,1	91,6	8,4	0,2	0,3	4,35	0,2	54,4	80,9	19,1	0,3	0,3	4,18
Rio Branco - AC	53,5	94,4	5,6	0,3	0,2	3,17	0,2	55,8	85,3	14,7	0,3	0,2	3,74
Palmas	55,7	92,9	7,1	0,0	0,0	4,06	0,0	66,9	83,8	16,2	0,2	0,2	4,67
Boa Vista - RR	58,7	89,8	10,2	0,2	0,4	5,42	0,3	62,6	85,1	14,9	0,3	0,2	4,28
Região Nordeste	49,6	90,9	9,1	17,2	23,5	3,11	12,0	54,8	78,5	21,5	17,7	21,5	3,66
Região Metropolitana de Salvador	52,3	89,0	11,0	3,6	6,2	3,64	3,0	60,6	74,8	25,2	3,8	5,7	4,05
Região Metropolitana de Recife	47,9	89,2	10,8	3,8	6,3	3,42	2,9	52,7	76,6	23,4	3,7	5,1	3,91
Região Metropolitana de Fortaleza	50,8	94,0	6,0	3,5	3,1	2,68	2,1	53,9	82,8	17,2	3,6	3,3	3,43
Região Metropolitana de Natal	48,7	92,4	7,6	1,2	1,4	3,03	0,8	53,0	81,9	18,1	1,3	1,3	3,56
Aracaju	50,5	90,4	9,6	0,8	1,1	3,09	0,6	54,3	77,8	22,2	0,8	1,0	3,69
Grande São Luís	46,5	90,3	9,7	1,0	1,5	2,99	0,7	53,8	78,6	21,4	1,2	1,5	3,38
Maceió	49,0	90,1	9,9	1,1	1,6	2,98	0,7	52,9	76,4	23,6	1,1	1,5	3,56
Região Metropolitana de João Pessoa	47,7	92,3	7,7	1,1	1,3	2,62	0,6	53,1	80,7	19,3	1,1	1,2	3,33
Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina	48,9	93,1	6,9	1,0	1,0	2,42	0,5	53,9	83,2	16,8	1,0	0,9	2,98
Região Centro-Oeste	55,5	95,1	4,9	7,4	5,3	4,50	7,5	61,1	84,6	15,4	8,5	6,9	5,35
Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal	55,1	94,7	5,3	3,4	2,6	5,25	4,0	60,6	82,7	17,3	4,0	3,7	6,13
Região Metropolitana de Goiânia	56,5	95,4	4,6	2,2	1,5	3,69	1,9	62,3	87,5	12,5	2,6	1,7	4,52
Região Metropolitana de Cuiabá	53,9	94,1	5,9	0,9	0,8	4,02	0,8	59,8	83,9	16,1	1,0	0,8	4,98
Campo Grande - MS	56,3	96,5	3,5	0,9	0,4	4,11	0,8	61,7	85,1	14,9	1,0	0,7	4,76
Região Sudeste	54,5	93,3	6,7	55,7	55,1	4,98	62,6	59,1	81,2	18,8	52,8	54,6	6,28
Região Metropolitana de São Paulo	56,1	93,0	7,0	26,0	26,7	5,97	35,0	60,7	80,4	19,6	24,3	26,5	6,72
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	51,8	92,3	7,7	15,5	17,7	4,17	14,5	55,9	82,2	17,8	14,1	13,7	5,29
Região Metropolitana de Belo Horizonte	54,9	94,9	5,1	6,5	4,8	3,66	5,4	60,5	81,6	18,4	6,6	6,6	7,88
Campinas	57,4	95,2	4,8	3,3	2,3	5,08	3,8	60,7	83,7	16,3	3,3	2,9	5,91
Região Metropolitana de Vitória	53,5	94,9	5,1	1,8	1,3	3,54	1,4	59,8	82,0	18,0	2,0	1,9	4,43
Região Metropolitana da Baixada Santista	52,6	93,6	6,4	2,0	1,8	4,64	2,0	58,4	78,9	21,1	1,9	2,3	5,37
Vale do Aço	48,1	95,2	4,8	0,7	0,5	2,77	0,4	53,0	80,7	19,3	0,7	0,7	5,51
Região Sul	55,7	95,5	4,5	15,2	9,9	4,07	14,0	60,9	86,4	13,6	15,8	11,1	5,91
Região Metropolitana de Porto Alegre	56,1	95,7	4,3	5,6	3,5	4,21	5,3	60,6	85,0	15,0	5,3	4,1	5,19
Região Metropolitana de Curitiba	55,3	94,7	5,3	3,5	2,7	4,49	3,6	61,5	85,2	14,8	3,9	3,0	5,53
Região Metropolitana de Florianópolis	54,5	95,7	4,3	1,0	0,6	4,22	1,0	60,0	88,3	11,7	1,2	0,7	9,25
Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense	54,8	94,3	5,7	1,2	1,0	3,75	1,0	59,7	87,3	12,7	1,3	0,9	8,68
Região Metropolitana de Londrina	57,5	97,0	3,0	1,0	0,4	3,57	0,8	62,0	86,6	13,4	1,0	0,7	4,56
Região Metropolitana do Vale do Itajaí	59,7	95,7	4,3	0,8	0,5	4,02	0,8	65,1	91,7	8,3	0,9	0,4	8,69
Região Metropolitana de Maringá	58,4	97,0	3,0	0,7	0,3	3,32	0,5	61,9	87,2	12,8	0,7	0,5	4,35
Carbonífera	52,2	94,9	5,1	0,4	0,3	3,46	0,3	57,6	88,7	11,3	0,5	0,3	4,09
Região Metropolitana Foz do Itajaí	51,3	95,4	4,6	0,4	0,3	3,97	0,4	59,0	86,6	13,4	0,5	0,4	4,88
Tubarão	51,3	95,2	4,8	0,4	0,3	2,57	0,3	58,1	90,0	10,0	0,5	0,2	3,57
Espaços urbanos brasileiros (EUBs)	53,5	93,2	6,8	100,0	100,0	4,44	100,0	58,5	81,7	18,3	100,0	100,0	5,56
EURBs (Quantidade/Valor)				24.690.842	1.805.004		109.538.641,94				29.645.509	6.635.023	

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 1991; Sidra, IBGE, 2007. Elaboração do autor.

